

4468

257

Saterés conquistam área em litígio

A garantia foi dada pelo presidente da Urbam, Waldilson Cruz, que considerou a área como pertencente ao município; obra foi embargada

Euzivaldo Queiroz

As quinze famílias de índios sateré-mawé poderão permanecer na área verde entre os conjuntos residenciais Santos Dumont e Hiléia (zona norte), onde moram há quinze anos. A garantia foi dada pelo presidente da Empresa Municipal de Urbanização (Urbam), Waldilson Cruz, que visitou ontem o local após uma audiência das lideranças sateré com o prefeito em exercício, Bosco Saraiva.

Os líderes sateré-mawé pintaram o corpo, colocaram colares, coçar, arcos e flexas e outros acessórios típicos do grupo, para tornar público e defender o direito à moradia. "Nós só queremos ficar em paz", disse uma das líderes sateré,

Zelinda Freitas, 42, referindo-se ao conflito pela propriedade da área onde moram. O prefeito encaminhou o caso para ser decidido pela Urbam, após a audiência com os indígenas.

Na segunda-feira, 15, representantes indígenas prestaram queixa no 4º Distrito Policial (DP) contra o funcionário público Carlos Burlamaqui, que levantou uma construção no terreno. Os indígenas sentiram-se ameaçados com a obra, que segundo eles, representava uma forma de expulsá-los do terreno. Burlamaqui negou as ameaças, considerando que se tratava de um mal entendido. Ontem, o presidente

da Urbam, Waldilson Cruz, anunciou o embargo da construção e disse que as famílias seriam preservadas no local.

O presidente da Urbam explicou que o terreno faz parte da área verde dos conjuntos Hiléia e Santos Dumont, e como se tratava de terras no domínio do município, não valeria, portanto a apresentação de documentos de propriedade do terreno por particulares. "A área foi tomada por invasão, tanto de índios e brancos em terras públicas, mas que já tiveram aceitação inclusive da Prefeitura", disse, citando como exemplo algumas obras públicas no local.



Waldilson Cruz (de bigode) diz que a terra pertence à área verde dos conjuntos Hiléia e Santos Dumont

Grupo quer espaço para manter tradições

Os índios saterés-mawés elegeram uma outra batalha para o grupo: conseguir um espaço para reviverem suas tradições como o ritual da 'Dança da Tucandeira' (que marca a passagem da infância para a vida adulta entre os meninos sateré) e produção coletiva de artesanato. "Daqui se tira desde o material escolar à alimentação dos nossos filhos", conta Zelinda Freitas, referindo-se aos colares, cerâmica, anéis, brincos e outros objetos vendidos numa pequena barraca em frente a área onde moram.

A convivência e o trabalho em grupo é uma forma de fortalecer a cultura

dos indígenas que vêm para a cidade, segundo Zelinda. "Juntos a gente trabalha e juntos a gente festeja", resume, explicando que nos momentos difíceis, como diante da ameaça de perda do terreno, o ânimo só nasce quando se revive a cultura do grupo nos cantos, histórias e ritos tradicionais.

Mesmo na cidade, os saterés se mantêm organizados para assegurar os direitos e a cultura do seu povo. A coordenadora da Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé (Amism), Zenilda Vilácio conta que há cerca de 15 anos, aos poucos "seus parentes" vieram para a capital em busca de empre-

go, e melhores condições de saúde e educação para os filhos. Hoje eles não têm migrado para a capital, mas há uma explicação para a concentração de índios em áreas urbanas. "O abandono nas aldeias nos fez vir para a cidade", justifica denunciando que hoje nas aldeias dos rios Andirá e Marau, onde mora seu povo, há cerca de 200 mulheres que sequer sabem assinar o nome. Além disso, cita as epidemias de malária e tuberculose que acontecem entre os índios sem receber a assistência necessária pelos órgãos dos governos municipal, estadual e federal.

Entidades questionam decreto

A Coordenadoria das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) tem audiência marcada hoje, às 16h30 com o Procurador Geral da República, Carlos Frederico, quando serão avaliadas as medidas judiciais a ser impetradas contra o Governo Federal para reverter o decreto 1775/96, que estabelece o princípio do contraditório nas demarcações das áreas indígenas. Esse decreto, na avaliação das lideranças indígenas e entidades de apoio, é inconstitucional - fere o artigo 231 da Constituição Federal que reconhece os direitos originais dos índios sobre as áreas em questão - e vai provocar o aumento da violência contra os indígenas nas áreas de conflito.

Ontem representantes da Coiab, Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), divulgaram documentos sobre a situação atual das demarcações das áreas indígenas no Amazonas e manifestaram a posição de suas entidades sobre o decreto recém-assinado pelo

presidente Fernando Henrique Cardoso.

"As entidades indígenas vão buscar os meios, inclusive judiciais, para impedir que o decreto seja colocado em prática", advertiu o coordenador da Coiab, Sebastião Manchineri. Pelo princípio do contraditório garantido pelo decreto de FHC, empresas privadas e posseiros podem estabelecer um litígio na Justiça pela posse de áreas que possam vir a ser demarcadas para os índios. "O governo cria litígio onde não há e contraria o direito original dos índios, confirmados pela Constituição Federal", lamenta o vice-presidente do Cimi, Gunter Francisco.

Crescimento da violência - A análise das entidades de apoio às questões indígenas é que o decreto vai acrescentar muitas gotas de sangue a mais na luta travada entre índios e posseiros. Hoje, no Amazonas, existem três áreas onde há conflito entre índios e madeiros ou garimpeiros/mineradores. O vale do Javari, o rio Japurá e as áreas de fronteira.